

INFORMAÇÕES GERAIS:

Principais temas da 113ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT

Entre os dias 02 e 13 de junho, foi realizada a 113ª Conferência Internacional do Trabalho, organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diversos temas foram debatidos durante a Conferência, e três se destacam como principais: riscos biológicos, trabalho por plataformas e informalidade.

Confirma maiores detalhes no RT Informa da CNI (Anexo 01)

TST: Editais com prazo para manifestação sobre recursos repetitivos

No dia 19/05/2025, o [TST](#) publicou editais para manifestação escrita de interessados em mais nove processos que tramitam sob o rito dos incidentes de recursos de revista repetitivos (IRR). Ao todo, são 19 processos com prazo aberto para manifestação.

Os interessados, que podem ser pessoas, órgãos ou entidades, têm o prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação do edital, para se manifestar por escrito nos autos desses processos, inclusive quanto a eventual intenção de participar como [amicus curiae](#), nos termos do §8º do art. 896-C da CLT¹¹.

O incidente de recurso repetitivo é uma ferramenta que tem por objetivo a pacificação de jurisprudência e a economia processual. As teses jurídicas firmadas em sede de IRR adquirem natureza vinculante, devendo ser aplicadas a todos os processos individuais e coletivos em tramitação em todas as esferas da Justiça do Trabalho.

Confirma as últimas teses fixadas pelo TST em sede de IRR no RT Informa da CNI (Anexo 02).

Medida Provisória limita prazo de duração de benefícios concedidos por análise documental

Publicada [Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025](#) (DOU, Seção 1- Extra A, pág. 2) que, entre outras disposições, altera a [Lei nº 8.213/1991](#), estabelecendo o limite de 30 (trinta) dias para os benefícios de auxílio por incapacidade temporária concedidos por meio de análise documental (ATESTMED).

De acordo com a Lei, a concessão de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) pode ser realizada por meio de telemedicina ou análise documental, conforme as situações e os requisitos definidos em regulamento.

No entanto, a partir de agora, os benefícios concedidos exclusivamente por análise documental (Atestmed) terão duração máxima de 30 (trinta) dias. Anteriormente, o limite era de até 180 dias, conforme previsto na [Portaria MPS/INSS nº 38/2023](#).

¹ CLT. Art. 896-C. Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal. [...] § 8º O relator poderá admitir manifestação de pessoa, órgão ou entidade com interesse na controvérsia, inclusive como assistente simples, na forma da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Os benefícios com duração superior a trinta dias deverão ser submetidos à perícia médica presencial ou por telemedicina.

As novas regras entraram em vigor com a publicação da Medida Provisória.

O que é o Atestmed?

É a modalidade de concessão de benefício por incapacidade temporária realizada por meio da análise documental, sem a necessidade de realizar perícia médica presencial. Essa modalidade é disciplinada pela Portaria MPS/INSS 38/2023, alterada pelas [Portarias MPS/INSS 6/2023](#) e [7/2024](#).

TST: pagamento reduzido de multa administrativa não afasta direito de ajuizar ação

A 4ª Turma do TST, reafirmando jurisprudência da Corte, decidiu que o pagamento de multa administrativa com o desconto de 50% previsto no § 6º, do art. 636 da CLT², não impede o ajuizamento de ação judicial para contestar a validade do auto de infração que a aplicou (TST-RR-0000326-39.2017.5.06.0141, DEJT de 06/06/2024).

Entenda o caso:

Discutia-se no caso se o pagamento de multa em razão do descumprimento de normas trabalhistas, com a redução legal e 50%, configuraria renúncia ao direito de questionar a penalidade aplicada no âmbito judicial.

A Corte Regional (TRT/PE) entendeu que ao realizar o pagamento reduzido da multa, a empresa renunciaria tacitamente o seu direito de contestá-la nas esferas administrativa e judicial. A empresa, que tentava anular a sanção, recorreu ao TST.

A 7ª Turma do TST, contudo, acolheu o pedido empresarial. Baseada na jurisprudência daquela Corte Superior Trabalhista, a turma decidiu que “o pagamento da multa com desconto de 50%, conforme o art. 636, § 6º, da CLT [que prevê a renúncia do recurso apenas no âmbito administrativo], não impede o acesso ao Poder Judiciário, sob pena de violação dos princípios da inafastabilidade da jurisdição, da ampla defesa e do acesso à justiça”, previsto no inciso, XXXV, do art. 5º da CF/1988.

Com esse entendimento, a turma determinou que o processo retornasse à origem para prosseguimento do exame da ação empresarial, que pretendia anular a discutida multa.

O pagamento reduzido da multa administrativa (§6º do art. 636 da CLT) não significa que o jurisdicionado aceita a infração ou que não possa mais questioná-la judicialmente.

MTE altera regulamentação para certificação de respiradores purificadores de ar e equipamentos trava-quedas

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a [Portaria MTE nº 830, de 2 de junho de 2025](#), que altera o Anexo K do Anexo III-A da Portaria MTP nº 672/2021. A Portaria apresenta duas alterações: a possibilidade

²3CLT: “Art. 636. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar encaminhá-los-á à autoridade de instância superior. (...) § 6º A multa será reduzida de 50% (cinquenta por cento) se o infrator, **renunciando ao recurso** a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital.”

de dispensa temporária de ensaios para a primeira certificação de respiradores, em situações específicas, e a prorrogação do prazo de exigência da nova versão da norma técnica para trava-quedas. A Portaria MTE nº 830/2025 já está em vigor.

Confirma maiores detalhes no RT Informa da CNI (Anexo 01)

MTE lança Consulta Pública para revisão da NR 21 sobre Trabalho a Céu Aberto

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou, no DOU de 11/06/2025, o [Aviso de Consulta Pública](#) que submete à avaliação o novo texto técnico da Norma Regulamentadora nº 21 (NR 21 - Trabalho a Céu Aberto)³. Os interessados podem enviar suas contribuições até 28.07.2025 (segunda-feira), prazo de 45 dias.

O texto da consulta está disponível para participação dos interessados no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas>

Encerrado o período de consulta, a Secretaria de Inspeção do Trabalho avaliará todas as sugestões recebidas. Em seguida, submeterá os textos revisados a um grupo tripartite formado por representantes do governo, empregadores e trabalhadores. A discussão e a decisão final ocorrerão na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)⁴, conforme o processo de revisão das normas regulamentadoras estabelecido na [Portaria nº 672/2021](#).

Em caso de dúvidas sobre o uso da plataforma, acesse o link: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/ajuda>

Publicada Análise de Impacto Regulatório sobre Agentes Biológicos

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a Análise de Impacto Regulatório (AIR) referente à inclusão de um anexo sobre Agentes Biológicos na Norma Regulamentadora nº 9 (NR 9)⁵ e à revisão do Anexo 14 da Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15)⁶. Clique [aqui](#) e confira a AIR completa.

A AIR tem como objetivo subsidiar tecnicamente a proposição de normas voltadas ao gerenciamento da exposição ocupacional a agentes biológicos. Atualmente, o tema é tratado na NR-32⁷, aplicável ao setor de saúde, e no Anexo 14 da NR 15, voltado à caracterização de insalubridade.

O documento apresenta como proposta:

- A inclusão de anexo específico sobre agentes biológicos na NR 9, com procedimentos para identificação, avaliação e controle da exposição ocupacional;

³ NR 21 – Trabalhos a Céu Aberto. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-21-nr-21>

⁴ CTPP: colegiado consultivo no âmbito do MTE, responsável por propor estudos e ações na área de segurança e saúde no trabalho, além de promover o diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores. Dentre as suas competências, está a participação no processo de elaboração e revisão das normas regulamentadoras.

⁵ Norma Regulamentadora nº 9 (NR 9) – Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos.

⁶ Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15) – Anexo 14 – Agentes Biológicos.

⁷ Norma Regulamentadora nº 32 (NR 32) – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

- A revisão do Anexo 14 da NR 15, com atualização técnica do conteúdo;
- Adoção de medidas complementares, como a produção de materiais informativos, elaboração de guias de orientação, realização de campanhas educativas e ações de capacitação.

A AIR apresenta quatro alternativas para enfrentamento do problema regulatório:

1. Manutenção do cenário atual;
2. Adoção de ações exclusivamente normativas;
3. Adoção de ações não normativas;
4. Combinação de ações normativas e não normativas.

Está prevista a realização de consulta pública, que permitirá o envio de contribuições por parte da sociedade. Em seguida, um Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) será responsável por sistematizar as sugestões e apresentar uma proposta final para deliberação da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).

A AIR, instrumento previsto no [Decreto nº 10.411/2020](#), tem como finalidade assegurar que a edição de atos normativos seja precedida por uma avaliação dos efeitos potenciais.

A CTPP, por sua vez, é responsável por propor estudos e ações na área de segurança e saúde no trabalho, além de promover o diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores. Entre suas competências, está a participação no processo de elaboração e revisão das Normas Regulamentadoras.

8ª Turma/TST julga válida norma coletiva que autoriza a prorrogação da jornada em atividade insalubre sem autorização da autoridade competente

A 8ª Turma do [TST](#)⁸ julgou válida cláusula de norma coletiva que pactuava a possibilidade de prestação de horas extras habituais em ambiente insalubre sem a autorização prévia do Ministério do Trabalho e Emprego (ARR-10953-44.2016.5.03.0037, 8ª Turma, Relatora Min. Dora Maria da Costa, DEJT 08/04/2025).

A decisão teve como fundamento o entendimento do [STF](#)⁹ fixado na Tese 1046 de Repercussão Geral, que reconhece como *“constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis”*.

Diante disso, e *“tendo em vista não se tratar de direito de indisponibilidade absoluta, além de inexistir proibição expressa na legislação infraconstitucional para flexibilização do direito”*, a Turma julgou válida a cláusula coletiva que autoriza a prorrogação da jornada em atividade insalubre sem autorização prévia da autoridade competente.

Boa leitura.

⁸ Tribunal Superior do Trabalho (TST).

⁹ Supremo Tribunal Federal (STF).

Atos Normativos de RT (recentes)

[Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025](#), (DOU 11/06/2025, seção 1, ed. extra, pág. 2), que “Dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências.”

[Portaria Conjunta nº 2, de 7 de abril de 2025](#), (DOU 16/06/2025, seção 1, pág. 71), que “Institui o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens e o seu Comitê Gestor” (Republicado por ter saído, no DOU de 8/04/2025, Seção 1, pág. 76, com incorreção).

[Decreto nº 12.516, de 17 de junho de 2025](#), (DOU 18/06/2025, seção 1, pág. 2), que “Altera o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.”

[Portaria Conjunta MPS/INSS nº 60, de 17 de junho de 2025](#), (DOU 18/06/2025, seção 1, pág. 102), que “Autoriza, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental.”

[Portaria Conjunta MPS/INSS nº 59, de 17 de junho de 2025](#), (DOU 18/06/2025, seção 1, pág. 102), que “Altera o § 1º e inclui o § 1-A, ambos do art. 4º da Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.”

[Portaria MTE nº 1.066, de 17 de junho de 2025](#), (DOU 18/06/2025, seção 1, pág. 122), que “Prorroga o início da vigência da [Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023](#)”, que altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

[Solução de Consulta nº 85, de 6 de junho de 2025](#), (DOU 11/06/2025, seção 1, pág. 95), com o seguinte assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Atividade Petrolífera. Plataformas Offshore. Empregados. Folgas Legais não Gozadas em Razão de Treinamento de Interesse do Empregador ou por Continuidade Operacional Decorrente de força Maior. Acordo Coletivo de Trabalho. Folgas Remuneradas mediante Pagamento Simples ou Múltiplo. Contribuições Sociais previdenciárias. Incidência.

[Portaria MTE nº 1.039, de 11 de junho de 2025](#), (DOU 11/06/2025, seção 1, ed. extra, pág. 9), que “Altera a Portaria MTE nº 434, de 20 de março de 2025, que dispõe sobre as formalidades para habilitação de instituições para operacionalização da operação de crédito com consignação em folha de pagamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.292, de 20 de março de 2025.”

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 40, de 2025](#), (DOU 12/06/2025, seção 1, pág. 4), que, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.296, de 15 de abril de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica

Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Atos Normativos de SST (recentes)

[Aviso de Consulta Pública](#), (DOU 11/06/2025, seção 1, pág. 95), que submete à consulta pública a proposta de novo texto para a Norma Regulamentadora (NR) 21 - Trabalho a céu aberto, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas>, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos do art. 9º, § 2º, II, do Decreto nº 10.411, de 30 de novembro de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022.

RT INFORMA



Principais temas da 113ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT

Entre os dias 02 e 13 de junho, foi realizada a 113ª Conferência Internacional do Trabalho, organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diversos temas foram debatidos durante a Conferência, e três se destacam como principais: riscos biológicos, trabalho por plataformas e informalidade.

Confira neste RT Informa os principais resultados dessas discussões.

Riscos biológicos – aprovadas a Convenção 192 e a Recomendação 209, sobre Riscos Biológicos no ambiente de trabalho¹

No segundo ano de discussões (a primeira rodada de discussões ocorreu em 2024), a 113ª Conferência Internacional do Trabalho, por maioria, aprovou a Convenção 192 e a Recomendação 209, sobre riscos biológicos no ambiente de trabalho.

Em linhas gerais, os referidos instrumentos internacionais do trabalho dispõem sobre a necessidade de os países elaborarem políticas e estabelecerem regras de segurança e saúde no trabalho relativas à prevenção e proteção contra riscos biológicos. Também dispõem sobre medidas destinadas a preparar países, empregadores e trabalhadores para lidar com emergências biológicas que possam afetar o ambiente de trabalho, como foi o caso da covid-19.

¹ Convention n. 192, disponível em <https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-06/ILC113-Convention-192-EN.pdf>; e Recommendation 209 - Biological Hazards in the Working Environment Recommendation, disponível em <https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-06/ILC113-Recommendation-209-EN.pdf>. Acesso em 16/06/2025.

Entre suas regras, destaca-se a definição: (i) de perigos biológicos (simplicadamente, o agente biológico que possa causar danos à saúde humana); (ii) da exposição ao perigo biológico no trabalho (simplicadamente, fato que possa colocar o trabalhador em contato ou em proximidade com o perigo); e (iii) de risco biológico (combinação entre probabilidade de um evento perigoso com a gravidade da lesão ou danos à saúde).

Além disso, a convenção estabelece a obrigação das autoridades competentes avaliarem riscos biológicos associados ao trabalho com o objetivo de aprimorar os marcos regulatórios; e a necessidade de desenvolvimento, em discussões tripartites, das medidas de proteção e prevenção aplicáveis no país de acordo com sua prática e legislação nacional.

A Convenção 192 entra em vigor internacionalmente 12 meses após o registro na OIT das duas primeiras ratificações por países e somente será vinculante nos países que a tiverem ratificado e registrado essa ratificação na OIT. Nos países que a ratificarem, ela deve entrar em vigor 12 meses após o registro de suas respectivas ratificações na OIT. Já a Recomendação 209 suplementa a Convenção 192, devendo apenas ser tomada em consideração conjuntamente à convenção.

Cabe destacar que **o Brasil já possui regras específicas para prevenção e proteção contra riscos biológicos** vinculados ao trabalho, como por exemplo:

- a NR 1, que estabelece a obrigatoriedade de Gerenciamento de Riscos Ambientais (GRO) que considera também os riscos biológicos em seu inventário de riscos;
- a NR 6, que dispõe sobre o uso e o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), incluindo os destinados para agentes biológicos;
- a NR 7, que estabelece acompanhamento médico aos trabalhadores expostos, entre outros, a riscos biológicos;
- a NR 15, anexo 14, que trata de riscos biológicos para fins do adicional de insalubridade; e
- a NR 32, que regulamenta os ambientes de trabalho em serviços de saúde e similares, e estabelece especificamente as medidas de proteção e prevenção contra agentes biológicos nesses serviços.

Trabalho na economia de plataformas

Foi realizada a primeira rodada de discussão sobre o trabalho intermediado por plataformas digitais, também chamado de trabalho na economia de plataformas. A segunda e última rodada, que definirá norma internacional do trabalho sobre o tema, será realizada na 114ª Conferência Internacional do Trabalho, em 2026.

As discussões durante a conferência pouco avançaram, dadas as controvérsias inerentes ao assunto, entre elas a forma de relação entre plataforma, trabalhador e consumidor, a proteção social e previdenciária, e disponibilidade dos dados e das tecnologias utilizadas na oferta do serviço, inclusive porque o tema é novo e os países que já o abordaram em suas leis internas o fazem de variadas formas.

Destaca-se, no entanto, que foi aprovada, por maioria, a elaboração de uma convenção, suplementada por uma recomendação, sobre trabalho na economia de plataformas. Essa maioria foi formada sem o apoio dos representantes dos empregadores, e de alguns governos, como os do EUA e da China, que defendiam a elaboração de apenas uma recomendação.

Além disso, houve definição preliminar de: (i) plataforma digital de trabalho (pessoa que, por meio de sistemas de decisão automatizada, organiza ou facilita o trabalho realizado por pessoas que, por remuneração ou pagamento – segundo as regras nacionais –, realizam serviço por solicitação de outra pessoa); (ii) trabalhador por plataforma digital (por remuneração ou pagamento, independentemente do *status* de emprego); e (iii) que a convenção se aplica a todas as plataformas digitais e trabalhadores em plataformas digitais (a exemplo de aplicativos de transporte de pessoas, de mercadorias ou de *market places* de oferta de serviços em geral). Também foi reconhecida a obrigação de estabelecer fornecimento prévio, pela plataforma, de informação aos trabalhadores sobre o uso de sistemas automatizados, algoritmos ou similares e como impactam no trabalho.

Outros aspectos da convenção e o conteúdo da recomendação ainda não foram discutidos, sendo esses temas reservados para a conferência de 2026.

Informalidade – estratégias inovadoras para a transição para a formalidade

Na discussão geral sobre o tema “estratégias inovadoras para a transição da informalidade para a formalidade”, foi aprovado relatório que: (i) contém diagnóstico geral acerca dos desafios e consequências da informalidade no mundo do trabalho; e (ii) define linhas de ação e estratégias para a OIT atuar no tema ao redor do mundo, bem como indica possibilidade de atuação dos países por meio de políticas públicas.

O texto reconhece a sustentabilidade empresarial e da produtividade como vetores essenciais para a formalização de trabalho e de empresas, assim como da necessidade de direcionamento de esforços para educação e qualificação profissional, e de estratégias para formalização de empresas e de atividades de empreendedorismo.

Além disso, o relatório destaca que um ambiente de negócios favorável, marcado por crescimento econômico sustentável e ganhos constantes de produtividade, ambiente propício ao desenvolvimento

de empresas sustentáveis, incluindo micro, pequenas e médias empresas (MPES), acesso à cadeias de valor nacional e internacional, e a novas tecnologias, podem dar suporte para a transição da informalidade para a formalidade.

Como estratégias para a formalidade, o documento indica, entre outras, boa governança pública e privada e estratégias públicas integradas com base em dados, monitoramento e coerência de políticas econômicas, sociais e de emprego; incentivos fiscais, linhas de créditos e provisões de preferência para MPES em regras de licitação pública; fortalecimento de serviços públicos e privados de agências de emprego; e parcerias público-privadas.

O relatório seguirá para o Conselho de Administração da OIT e para o Diretor-Geral da OIT, a fim de que deem prioridade ao tema e às ações indicadas no documento no que importa à mobilização de programas e orçamentos da organização.

Participação da CNI nas discussões plenárias da Conferência

Em 9 de junho, o presidente da CNI, Ricardo Alban, discursou no plenário da 113ª CIT. Durante sua intervenção, destacou que o mundo do trabalho tem passado por grandes transformações, impulsionadas, entre outras, pela integração da tecnologia e pelas novas formas de trabalhar. Diante disso, lembrou a importância da modernização trabalhista brasileira (Lei 13.467/2017), reafirmando a necessidade de preservá-la e de continuar com sua implementação, a fim de que o país tenha uma legislação continuamente alinhada às necessidades de proteção e produtividade, para colaborar com o desenvolvimento social, a competitividade e o crescimento econômico.

Além disso, destacou como importante que a OIT valorize o papel das empresas no desenvolvimento econômico e social, porque o setor privado é o motor da economia, e que é necessário à organização considerar as particularidades de cada país, região e setor econômico, promovendo normas flexíveis, que tragam segurança jurídica e favoreçam a produtividade e a geração de empregos.

RT INFORMA



TST: Editais com prazo para manifestação sobre recursos repetitivos

No dia 19/05/2025, o [TST](#) publicou editais para manifestação escrita de interessados em mais nove processos que tramitam sob o rito dos incidentes de recursos de revista repetitivos (IRR). Ao todo, são 19 processos com prazo aberto para manifestação.

Os interessados, que podem ser pessoas, órgãos ou entidades, têm o **prazo de 15 dias úteis**, a contar da data da publicação do edital, para se manifestar por escrito nos autos desses processos, inclusive quanto a eventual intenção de participar como [amicus curiae](#), nos termos do §8º do art. 896-C da CLT¹.

O incidente de recurso repetitivo é uma ferramenta que tem por objetivo a pacificação de jurisprudência e a economia processual. As teses jurídicas firmadas em sede de IRR adquirem natureza vinculante, devendo ser aplicadas a todos os processos individuais e coletivos em tramitação em todas as esferas da Justiça do Trabalho.

[Clique aqui](#) para conferir as últimas teses fixadas pelo TST em sede de IRR.

Confira neste RT Informa todos os editais que estão com prazo para manifestação.

¹ CLT. Art. 896-C. Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal. [...]

§ 8º O relator poderá admitir manifestação de pessoa, órgão ou entidade com interesse na controvérsia, inclusive como assistente simples, na forma da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Tema 26: Desconsideração da personalidade jurídica

Questões jurídicas submetidas a Julgamento

- 1) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face de empresa em recuperação judicial, prosseguindo com a execução em face do seu sócio?
- 2) Essa competência remanesce após as alterações promovidas na Lei nº 11.101/2005, pela Lei nº 14.112/2020 (artigos 6º, I, II e III, 6º-C e 82-A)?
- 3) Nas hipóteses em que a empresa executada se encontra em recuperação judicial, a existência de regulamentação própria na Lei nº 11.101/2005 afasta a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, exigindo-se a observância dos requisitos da teoria maior?

Processo: RREmbRep-0000035-09.2023.5.12.0029

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 31: Deserção e gratuidade de Justiça

Questões jurídicas submetidas a Julgamento

1. Tratando-se de recurso ordinário que busque a reforma da sentença em que se indeferiu a gratuidade de justiça, ou de recurso ordinário que traga pela primeira vez o pedido de gratuidade de justiça, pode a Vara do Trabalho, em juízo primeiro de admissibilidade, denegar seguimento ao apelo, por deserção, ante a falta de recolhimento do preparo?
2. Tratando-se de alguma das situações previstas nos arts. 99, §7º, e 101, caput, §1º e §2º, do CPC de 2015, caso a Vara do Trabalho denegue seguimento ao recurso ordinário por deserção, pode o Tribunal Regional analisar o mérito da gratuidade da justiça no bojo do agravo de instrumento?
3. Considerando-se como afirmativas as respostas anteriores, pode-se concluir que tanto a Vara do Trabalho quanto o Tribunal Regional incorreram em erro procedimental?
4. É possível divisar a presença de distinção (*distinguishing*) capaz de afastar a incidência do óbice processual consolidado na Súmula nº 218 do TST e autorizar a interposição de recurso de revista contra acórdão regional que julga agravo de instrumento?

Processo: RREmbRep-1000548-51.2018.5.02.0016 e RREmbRep 1001017-44.2020.5.02.0011

Publicação do edital: 09/05/2025

Tema 35: Valor dos pedidos na petição inicial

Questão jurídica submetida a Julgamento

Para as reclamações trabalhistas ajuizadas na vigência da Lei nº 13.467/2017, seja sob o rito ordinário, seja sob os auspícios do rito sumaríssimo, considerando o teor do art. 840, § 1º, da CLT e do art. 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 41 do TST, no quanto estabelecem que a petição inicial deverá indicar o valor do pedido e que o valor da causa será estimado, indaga-se se os valores atribuídos aos pedidos na inicial limitam o julgador quando da condenação e da execução para efeito dos artigos 141 e 492 do CPC ou se são meramente estimativos.

Processo: RREmbRep-0000099-98.2024.5.05.0022

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 37: Substituição de depósito recursal

Questão jurídica submetida a Julgamento

É possível a substituição de depósito recursal já realizado por fiança bancária ou seguro garantia judicial? Na substituição do depósito recursal, a fiança bancária ou o seguro garantia judicial deve ter prazo de validade indeterminado ou condicionado até a solução final do litígio?

Processo: RREmbRep-0020332-13.2023.5.04.0012

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 38: Indenização em parcela única

Questão jurídica submetida a Julgamento

No arbitramento de indenização, em parcela única, referente à pensão vitalícia por incapacitação permanente do empregado, por acidente do trabalho ou doença ocupacional, com fulcro no art. 950, parágrafo único, do Código Civil, deve o juiz aplicar um redutor do quantum indenizatório?

Processo: RREmbRep-0020040-50.2023.5.04.0231

Publicação do edital: 15/05/2025

Tema 39: Prescrição intercorrente

Questão jurídica submetida a Julgamento

A prescrição intercorrente no direito do trabalho somente incide quando o título executivo judicial é posterior à Lei nº 13.467/2017, ou basta que a intimação do exequente para impulsionar a execução seja posterior à vigência da lei?

Processo: RREmbRep-0045200-20.2003.5.02.0042

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 41: Preparo recursal

Questão jurídica submetida a Julgamento

É válido o recolhimento do preparo recursal por pessoa estranha à lide?

Processo: RREmbRep-0000026-43.2023.5.11.0201

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 47: Intervalo interjornadas do portuário avulso

Questão jurídica submetida a Julgamento

São devidas horas extras ao trabalhador portuário avulso pela inobservância do intervalo interjornadas?

Processo: RREmbRep-0001058-29.2020.5.12.0050

Publicação do edital: 30/04/2025

Tema 91: Prescrição

Questão jurídica submetida a Julgamento

Ressalvada a hipótese de prescrição intercorrente (CLT, art. 11-A, §2º), é possível o reconhecimento de ofício da prescrição trabalhista?

Processo: RREmbRep-0010083-32.2022.5.03.0152

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 94: Concessão de gratuidade de Justiça a sindicato

Questão jurídica submetida a Julgamento

A concessão do benefício da justiça gratuita a sindicato, na condição de substituto processual, depende de prova inequívoca de que a entidade sindical não pode arcar com as despesas do processo sem comprometer a sua atividade ou é o bastante a mera declaração de hipossuficiência econômica?

Processo: IncJulgRREmbRep-0010502-23.2022.5.03.0097

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 95: Trabalho em navios de cruzeiro

Questão jurídica submetida a Julgamento

Qual é a legislação trabalhista aplicável nos casos em que o empregado é contratado no Brasil para trabalhar em navio de cruzeiro internacional em águas brasileiras e internacionais?

Processo: RREmbRep-0010946-64.2023.5.03.0180

Publicação do edital: 13/05/2025

Tema 96: Direitos do empregado dispensado por justa causa

Questão jurídica submetida a Julgamento

O empregado, dispensado por justa causa, tem direito ao pagamento de décimo terceiro salário e férias proporcionais?

Processo: RREmbRep-0020072-95.2023.5.04.0541

Publicação do edital: 09/05/2025

Tema 98: Promoções por antiguidade

Questão jurídica submetida a Julgamento

É válida a norma regulamentar que considera, nas promoções por antiguidade, além do tempo de serviço, critérios objetivos de avaliação, como a vinculação do número de trabalhadores promovíveis às disponibilidades financeiras da empresa?

Processo: RREmbRep-0020310-67.2023.5.04.0201

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 99: Enquadramento do empregado que exerce atividade de docência

Questão jurídica submetida a Julgamento

O empregado que efetivamente exerceu atividades de docência deve ser enquadrado como professor independentemente da nomenclatura do cargo para o qual foi contratado ou do cumprimento dos requisitos formais referentes à habilitação legal e registro no Ministério da Educação?

Processo: RREmbRep-0020396-54.2022.5.04.0401

Publicação do edital: 09/05/2025

Tema 104: Periculosidade em ambiente com tubulações ou dutos com gás inflamável

Questão jurídica submetida a Julgamento

O trabalho executado em ambiente contendo tubulações ou dutos transportadores de gás inflamável se equipara às hipóteses de risco previstas na NR 16 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e gera direito ao adicional de periculosidade?

Processo: RREmbRep-0000555-88.2023.5.17.0009

Publicação do edital: 30/04/2025

Tema 112: Contribuição patronal compulsória

Questão jurídica submetida a Julgamento

É válida a norma coletiva que institui contribuição patronal direta com recolhimento compulsório pelas empresas em favor do sindicato da categoria profissional?

Processo: RREmbRep-0011624-72.2023.5.18.0015

Publicação do edital: 06/05/2025

Tema 113: Atualização de créditos trabalhistas

Questão jurídica submetida a Julgamento

Considerando a [tese fixada pelo STF no Tema 1.191 da Tabela de Repercussão Geral](#), nos processos ainda em fase de conhecimento os índices de atualização de créditos trabalhistas devem ser fixados desde logo ou podem ser adiados para a fase de execução?

Processo: RREmbRep-0020036-97.2022.5.04.0861

Publicação do edital: 28/04/2025

Tema116: Desoneração previdenciária

Questão jurídica submetida a Julgamento

O regime de desoneração previdenciária, previsto na Lei nº 12.546/2011, incide sobre o cálculo das contribuições previdenciárias patronais decorrentes de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho?

Processo: RREmbRep-1000918-40.2021.5.02.0011

Publicação do edital: 19/05/2025

Tema 117: Limitação do uso de banheiro

Questões jurídicas submetidas a Julgamento

1. É ilícito o controle ou a limitação, pelo empregador, ao uso do banheiro durante a jornada de trabalho do empregado?
2. O controle ao uso do banheiro, pelo empregador, durante a jornada de trabalho, configura dano moral *in re ipsa*?
3. A hipótese em que há prestação de serviços em linha de produção, com necessidade de substituição prévia do empregado no posto de trabalho, configura distinção?

Processos: RREmbRep-0000133-52.2023.5.05.0008 e RREmbRep-0000249-35.2022.5.09.0088

Publicação do edital: 09/05/2025

RT INFORMA



MTE altera regulamentação para certificação de respiradores purificadores de ar e equipamentos trava-quedas

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a [Portaria MTE nº 830, de 2 de junho de 2025](#), que altera o Anexo K do Anexo III-A da Portaria MTP nº 672/2021. A Portaria apresenta duas alterações: a possibilidade de **dispensa temporária de ensaios para a primeira certificação de respiradores**, em situações específicas, e a **prorrogação do prazo de exigência da nova versão da norma técnica para trava-quedas**. A Portaria MTE nº 830/2025 já está em vigor.

Confira as informações neste RT Informa!

Certificação de Respiradores

A nova Portaria permite, em caráter excepcional, a dispensa da realização de ensaios de certificação para a primeira certificação dos respiradores indicados no item 6.1 do Anexo K — respiradores purificadores de ar não motorizados com filtros substituíveis. Essa dispensa será possível enquanto não houver possibilidade para a realização dos ensaios necessários no Brasil.

Para que a dispensa seja concedida, os equipamentos devem atender a dois requisitos: possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo MTE, e passar por avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do processo produtivo a cada vinte meses, tanto na unidade fabril quanto, se houver, no importador.

Conforme previsto no **Anexo III-A (Regulamento de Certificação de Equipamentos de Proteção Individual – RGCEPI)**, a avaliação do SGQ tem como objetivo demonstrar que o processo produtivo está sistematizado de modo a garantir que os EPIs fabricados ou importados atendam aos requisitos estabelecidos na regulamentação. Essa verificação é realizada por meio de análise documental e auditoria *in loco*, sob responsabilidade dos **Organismos de Certificação de Produto (OCPs)**.

Ensaio de trava-quedas deslizantes

A Portaria também **prorrogou o prazo de obrigatoriedade** para a realização dos ensaios de **trava-quedas deslizantes guiados em linha rígida**, com base na nova versão da norma técnica **ABNT NBR 14627:2024**. Com a alteração, os ensaios de certificação conforme a nova norma passam a ser exigidos **a partir de 1º de abril de 2026**. A medida tem como objetivo conceder um prazo adicional para que **fabricantes, importadores e laboratórios se adequem** aos novos critérios técnicos, sem comprometer os requisitos mínimos de segurança dos equipamentos.